

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Menos Sarney no setor elétrico	1
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Biocombustível demanda R\$ 90 bilhões até 2030	2
Título: Muito além do desmanche	3

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Menos Sarney no setor elétrico

Temer e **Moreira Franco** conseguiram privatizar as seis distribuidoras federais de energia, que produziam mais prejuízos do que luz (R\$ 4,2 bilhões em 2017, dinheiro meu, seu, nosso). O curioso é que a dupla de veteranos políticos do MDB terminou fechando de vez as portas dessas empresas, agora privadas, para... indicações políticas. É que, durante anos, as seis elétricas, assim como todo o setor de energia, eram dominadas por caciques como ACM (1927/2007) e, mais recentemente, Sarney. Melhor assim.

Em boas mãos

O pianista Miguel Proença será o novo presidente da Funarte.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto

Título: Biocombustível demanda R\$ 90 bilhões até 2030

Coluna do Broadcast agro

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estima que serão necessários R\$ 90 bilhões em investimentos para atender o consumo de biocombustíveis no Brasil até 2030. Etanol, biodiesel e biogás são os principais. Só o etanol demandaria R\$ 60 bilhões para elevar a produção dos atuais 32 bilhões de litros para 49 bilhões de litros. Seriam R\$ 15 bilhões em 19 novas usinas processadoras de cana-de-açúcar no País, o que não acontece há uma década, além de R\$ 8 bilhões para expandir as já existentes. Segundo a EPE, outros R\$ 13 bilhões teriam de ser aportados no etanol de segunda geração, normalmente produzido a partir do bagaço ou palha da cana, R\$ 5 bilhões em usinas de álcool de milho e outros R\$ 4 bilhões no transporte do combustível.

» Vegetal. Com demanda crescente pelo aumento da mistura obrigatória ao diesel de 10% para 15% até 2023, o biodiesel necessitaria de R\$ 3 bilhões em investimentos, de acordo com a EPE. Para outros produtos além do biocombustível, como farelo e óleo de soja, o aporte total no setor é estimado em R\$ 11 bilhões até 2030. O investimento previsto em biogás, fabricado a partir da fermentação, é de R\$ 19 bilhões.

» Fica Temer. Plínio Nastari, presidente da Datagro Consultoria e membro do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), rasga elogios às políticas para biocombustíveis e para o setor produtor de etanol, os programas Rota 2030 e RenovaBio, do presidente Michel Temer. "Os programas transformados em lei são grandes conquistas do governo Temer, porque fomentam o livre mercado, sem subsídios, sem novos impostos e em defesa de combustíveis renováveis."

» Pulga. Depois de ver financiamentos de máquinas agrícolas crescerem 20% em 2018, o diretor de Agronegócios do Santander no Brasil, Carlos Aguiar, espera resultado parecido em 2019. "A pulga atrás da orelha é o que vai acontecer com o BNDES", diz ele, referindo-se à principal fonte de crédito para este tipo de bem e ao fato de o agronegócio ser "o único setor" ainda a pagar juros pré-fixados à instituição. Os demais seguem a Taxa de Longo Prazo (TLP), que oscila conforme a inflação e passou a ser adotada pelo banco em janeiro de 2018.

» Rearranjo. Aguiar diz que não é "saudável" produtores rurais pagarem juros com base na TLP. "O problema do BNDES não é o quanto consegue emprestar, é o subsídio (ao juro)", diz Aguiar. "Oferecer crédito com juros de mercado ainda não é viável." Enquanto o BNDES cobra de 7,5% a 9,5% ao ano com amortização em oito anos, bancos teriam de cobrar de 15% a 16% com este prazo, explica. "O risco país precisa cair para o juro de longo prazo cair também." Ele até considera plausível cortar os subsídios do governo, o que elevaria a taxa de juros, mas insiste em que seja pré-fixada.

» Alternativa. A perspectiva de que o novo governo conceda crédito a juros controlados principalmente aos pequenos e médios agricultores anima Moacir Teixeira, sócio da securitizadora Ecoagro. Para obter recursos, produtores maiores teriam de recorrer ao mercado, sobretudo aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), e poderiam encontrar nos referenciados em dólar grande oferta de dinheiro.

» Nas alturas. Se as regras não mudarem, o que seria uma "decepção", as emissões crescerão 15%, diz Teixeira. "Mas se os CRAs referenciados em dólar forem aprovados, as emissões dobram ou triplicam."

» Vem de longe. Neste tipo de CRA, o valor do título é calculado na moeda norte-americana, já que a produção a ser financiada pelo investidor estrangeiro é negociada em dólar. Ainda assim, o produtor rural receberá em real, conforme a cotação do dia. O CRA referenciado em dólar é uma demanda antiga do agronegócio, em razão do grande interesse de estrangeiros em investir em projetos referentes à agropecuária brasileira.

» Voa. O Paraná deve exportar 4,9% menos carne de frango neste ano, ante 1,57 milhão de toneladas em 2017, prevê o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado. Já para 2019, a expectativa é crescer de 4% a 5% nas vendas externas da proteína. A peste suína na China pode contribuir para o cenário mais promissor dos exportadores de carnes do Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Cida Damasco

Título: Muito além do desmanche

Começa nesta terça-feira um novo governo, cercado de muita expectativa e de muita incerteza sobre os rumos que Bolsonaro e suas tropas vão imprimir ao País. Que o presidente está mirando em vários alvos ao mesmo tempo, não há a menor dúvida. Às vésperas da posse, porta-vozes formais e informais do governo deixam "vazar" intenções que vão de propostas para a reforma da

Previdência ao aumento do prazo de validade da carteira nacional de habilitação (CNH) – reforçando a imagem de um ativismo nem sempre efetivo que caracterizou os dois meses de transição.

Por enquanto, o documento divulgado na semana passada com o roteiro de Bolsonaro para o começo do mandato – ou seja, para os simbólicos 100 primeiros dias –, embora genérico, é o que há de mais estruturado nesse sentido. Pelo menos em termos de alguns princípios que devem reger 2019. Entre as palavras-chave que sobressaem nesse documento estão desregulamentação, desburocratização, simplificação e outras da mesma categoria. Tudo que muita gente quer ouvir, notadamente na área econômica e seu entorno.

Conforme adiantou o novo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, nos primeiros 100 dias serão apresentadas 22 medidas, exatamente com o objetivo de destravar a máquina pública, selecionadas por Bolsonaro entre 50 sugestões recolhidas da equipe. Ou seja, se não houver mudança de rumo, a partir de 1.º de janeiro estaremos entrando num período de desmanche, nas palavras do vice-presidente Hamilton Mourão.

Desmanche de peças que foram montadas ao longo de vários governos, algumas por sinal bastante danificadas. O que não se sabe é como elas serão restauradas ou substituídas. Sinais emitidos por integrantes de alguns ministérios já avançam nessa direção. É o caso clássico da reforma tributária com foco na simplificação, há bom tempo uma das prioridades dos setores empresariais e já encaminhada pelo governo Temer – embora os especialistas do superministério de Paulo Guedes indiquem que estão formatando novas propostas e farão "sua própria" reforma.

Não é preciso ir muito longe para se constatar que medidas tributárias na linha da simplificação são de extrema necessidade. Cobram-se, no Brasil, pelo menos duas dezenas de impostos e contribuições – 13 federais, 3 estaduais e 4 municipais. A carga tributária representa praticamente um terço do PIB, repetindo proporção observada nos países mais ricos, onde parte substantiva do dinheiro arrecadado é redistribuída em forma de serviços essenciais para a população. Pior: a base dessa receita é de impostos indiretos, que recaem com mais peso sobre as faixas de menor renda.

O emaranhado tributário é de tal ordem que a burocracia exigida apenas para pagar impostos nas empresas consome, em média, 474 horas por ano, segundo dados divulgados pela Receita Federal. E, como se pode imaginar, essa tarefa virou uma dor de cabeça crônica especialmente para as pequenas e médias empresas. Mas se a conveniência de uma simplificação tributária é consenso, o mesmo não se aplica a pelo menos outras duas propostas enquadradas na

mesma classificação e recém-anunciadas por integrantes da equipe de Bolsonaro.

São elas: licenciamento ambiental automático, defendido pelo presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, e dispensa da inspeção diária dos frigoríficos, plataforma da ministra da Agricultura, Tereza Cristina. O mínimo que se pode dizer a respeito dessas ideias é que são polêmicas. Nos dois casos, tudo indica que se trata de terapia inadequada para diagnósticos corretos. Não há dúvida de que a lentidão na emissão de licenciamento ambiental é causa de insegurança jurídica para empresas e, no extremo, um obstáculo a investimentos.

Só um exemplo: para hidrelétricas, o processo leva, em média, nove anos – sendo quase seis anos depois da emissão da licença prévia, exigência para a participação nos **leilões de energia**. Os prazos variam, dependendo do tipo de empreendimento, mas o quadro de lentidão é o mesmo. Em relação à dispensa da vistoria diária dos frigoríficos, a razão também é clara, embora não seja explicitada: os recentes episódios de corrupção envolvendo empresas e órgãos públicos mostram, como rezam os ditos populares, que excessos de dificuldades acabam resultando na "venda" de facilidades.

Tanto em um caso como em outro, os problemas apontados são graves, mas não justificam eliminar os controles e sim aprimorá-los. Desregulamentar, desburocratizar e simplificar não significam "deixar rolar". Estabelecer essa fronteira é um dos grandes e incontáveis desafios para o presidente Bolsonaro e sua equipe.

É JORNALISTA

MME / ASCOM .